



## MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



20	Câmara de ar 215/75 R 17,5	20	und
21	Protetor 215/75 R 17,5	20	und
22	Pneu 185 70 14	24	und
23	Protetor 275/80 22,5	20	und
24	Pneu 1000 x 20 comum borrachudo	12	und
25	Pneu 12 - 16,5	06	und
26	Pneu 12,4 -24 R1 reforçado 06 lonas	06	und
27	Protetor 1400 x 24	20	und
28	Protetor 12-16,5	20	und
29	Câmara de ar 12-16,5	20	und
30	Câmara de ar 19,5 L24	20	und
31	Protetor 19,5 L24	20	und
32	Câmara de ar 12,4/24	20	und
33	Protetor 12,4 x 24	20	und
34	Câmara de ar 18,4 x 30	20	und
35	Pneu 18,4 x 30 R1 10 Lonas	06	und

000051  
Fls: \_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Moema



## MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÉS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



36	Pneu 215/75 R 17.5 liso	20	und	
37	Pneu 750 x 16 liso	06	und	
38	Pneu 275 80 R 22.5 liso	20	und	
39	Pneu 205 60R 16	16	und	

**OBSERVAÇÃO: SOMENTE SERÃO ACEITOS PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM REVENDEDORES AUTORIZADOS PELOS FABRICANTES, DEVIDAMENTE COMPROVADO (MARCAS DE REFERÊNCIA: PIRELLI, GOOD YEAR, BRIDGESTONE, FIRESTONE).**

Da especificação do bem: os pneus, protetores e câmaras de ar deverão apresentar selo do INMETRO impresso em local visível e que atenda as Normas ABNT NBR 5531, NBR 6087 e NBR 6088 o que se comprovará na ocasião do recebimento dos mesmos. Os pneus, devem ser novos e não serão aceitos em hipótese alguma, materiais recauchutados, remodelados, frisados, confeccionados com material reciclado ou que tenham passado por qualquer outro tipo de processo de reutilização. Sempre que necessário serão substituídos, às custas do fornecedor, os pneus que acusarem defeito ou que estejam em desacordo com o estipulado neste Termo de Referência ou apresentem quaisquer anormalidades que não sirvam para sua finalidade.

Os produtos deverão ser entregues mediante ordem de compra, na Rua Caetés, 444 – centro – Moema/MG, de segunda à sexta feira de 08:00 às 17:00 horas em dias úteis.

Prazo para entrega: 03 (três) dias úteis contados do recebimento da ordem de compra.

Será observada a data de validade dos produtos. Produtos com data de validade vencida ou que esteja muito próximo do vencimento serão devolvidos sem custos para a Administração.



## MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



Declaro, sob as penas da lei, que esta proposta atende a todos os requisitos constantes do Pregão Presencial nº \_\_\_\_/2021

e ainda que:

- a) A presente proposta tem prazo de validade de 60 (sessenta) dias;
- b) Estão inclusos no preço todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como fretes e seguros;
- c) Concorda com todas as condições estipuladas no instrumento convocatório.

Município (UF), ..... de ..... de 2021.

(Assinatura do responsável legal da empresa e carimbo com CNPJ)

Nome:

Cargo:

Identidade:





# MUNICIPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



ANEXO VII - PREGÃO Nº 015/2021

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



REGISTRO DE PREÇOS Nº 0/2021

PROCESSO Nº 0335/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o **Município de Moema**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.044/0001-17, com edifício-sede da Prefeitura na Rua dos Caetés, 444 - Centro, CEP 35604-000, neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal, Julvan Rezende Araújo Lacerda**, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, considerando o julgamento da licitação em epígrafe, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, observadas as disposições do edital e as cláusulas deste instrumento.

### FORNECEDORES:

1 ..... com sede na ..... em  
..... inscrita no CNPJ/MF sob o n.º .....  
neste ato representada por seu ..... Sr(a).  
..... residente em .....  
portador da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º  
.....;

2 ..... com sede na ..... em  
..... inscrita no CNPJ/MF sob o n.º .....  
neste ato representada por seu ..... Sr(a).  
..... residente em .....  
portador da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º  
.....;

3 ..... com sede na ..... em  
..... inscrita no CNPJ/MF sob o n.º .....  
neste ato representada por seu ..... Sr(a).  
..... residente em .....  
portador da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º  
.....;

4 ..... com sede na ..... em  
..... inscrita no CNPJ/MF sob o n.º .....  
neste ato representada por seu ..... Sr(a).  
..... residente em .....



## MUNICIPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÉS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



portador da Carteira de Identidade n.º ..... CPF n.º .....



### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS, que vigorará até **10/06/2022**, para eventual aquisição de pneus para os veículos e as máquinas pesadas pertencentes à frota da Prefeitura do Município de Moema especificados no Anexo I desta Ata e conforme processo licitatório nº 0335/2021, modalidade Pregão Presencial.

1.2 - Este instrumento não obriga o Município a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

A Licitante vencedora será aquela que oferecer o menor valor por item.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência desta Ata inicia-se na data de sua publicação e os preços registrados vigorarão para Autorizações de Fornecimento assinadas pelo fornecedor até o dia **10/06/2022**.

### CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações e Contratos que convocará o fornecedor para assinar a Autorização de Fornecimento, avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.

4.2 - O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Moema fiscalizará a qualidade e a entrega dos produtos licitados.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - As contratações decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação.

5.2 - O Município fará as aquisições mediante ordem de fornecimento, devendo o fornecedor no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis de seu recebimento, entregar os produtos no local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, ou estando disponíveis no estoque, poderá imediatamente, no ato do recebimento da ordem de fornecimento.

5.3 - Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Fornecimento poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

### CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO





## MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÉS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



6.1 - O prazo para início do fornecimento dos produtos se iniciará a partir da data da Ordem de Fornecimento assinada pelo responsável indicado pela Contratante.

6.2 - Recebida a ordem de fornecimento, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para entregar os produtos, no local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, ou estando disponíveis no estoque, poderá imediatamente, no ato do recebimento da ordem de fornecimento, conforme especificações do **ANEXO I** deste Edital e a proposta da licitante vencedora.

6.3 - A Ata de Registro de Preços terá validade até **10/06/2022** a contar da publicação da ARP.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1 - A aceitação do objeto desta licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo examinado e considerado em condições de uso, ficando a empresa fornecedora obrigada a substituir os produtos considerados inadequados/rejeitados.

7.2 - O recebimento dos produtos será confiado a uma Comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, que deverá exigir o fiel cumprimento do que estipula a ordem de fornecimento, em confronto com a fatura e nota fiscal, juntas em 3 (três) vias, para fins de pagamento.

7.3 - Na hipótese de inadequação/rejeição do objeto recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo contratado no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis da comunicação pela Secretaria Municipal de Administração. Após este prazo, a Secretaria Municipal de Administração reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à Contratada, com frete a pagar.

7.4 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções nos produtos fornecidos.

7.5 - Os produtos rejeitados poderão ser substituídos uma única vez, dentro de até 02 (dois) dias úteis, após a solicitação pela Secretaria Municipal de Administração.

7.6 - Após o recebimento definitivo, a Contratada responderá por vícios porventura apresentados pelo objeto licitado, no seu prazo de validade.

7.7 - A Contratada deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.

7.8 - Para fornecimento dos produtos previstos neste edital deverá o fornecedor:

7.8.1 - Entregar os produtos, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento por parte da Contratada da Ordem de Fornecimento, no local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, ou estando disponíveis no estoque, poderá imediatamente, no ato do recebimento da ordem de fornecimento, conforme especificações do **ANEXO I** deste Edital e a proposta da licitante vencedora.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Constituem obrigações do **Município**:

8.1.1 - Encaminhar a Ordem de Fornecimento à Contratada de acordo com as suas necessidades.

8.1.2 - Realizar análise da qualidade dos produtos fornecidos.

Secretaria Municipal de Moema  
000056  
Fls: \_\_\_\_\_





## MUNICIPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



8.1.3 - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido cláusula nona desta Ata de Registro de Preços.

8.1.4 - Fiscalizar os produtos entregues e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.1.5 - Informar à Contratada o nome do funcionário responsável pela assinatura das autorizações de fornecimento.

8.1.6 - O Município de Moema não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

8.2 - Constituem obrigações do **Fornecedor**:

8.2.1 - Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento.

8.2.2 - A CONTRATADA deverá tomar os cuidados necessários à perfeita execução do contrato.

8.2.3 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos, nas mesmas condições e preços registrados na Ata de Registro de Preços, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços, no local e quantidade especificada na Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento de Licitações e Contratos de Moema.

8.2.4 - Para fornecimento dos produtos previstos neste edital deverá o fornecedor:

8.2.4.1 - Entregar os produtos, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento por parte da Contratada da Ordem de Fornecimento, no local indicado pela Secretaria Municipal de Administração, ou estando disponíveis no estoque, poderá imediatamente, no ato do recebimento da ordem de fornecimento, conforme especificações do **ANEXO I** deste Edital e a proposta da licitante vencedora.

8.2.5 - A aceitação final dos produtos não desobriga, em qualquer hipótese ou circunstância, a Contratada da responsabilidade civil por imperfeições ou defeitos decorrentes da má qualidade dos mesmos, apurados posteriormente à utilização.

8.2.6 - As despesas relativas ao fornecimento, impostos, taxas, fretes, seguros e descontos deverão ser incluídos no preço global.

8.2.7 - Fornecer os produtos apenas mediante apresentação da requisição assinada pelo servidor competente indicado pela Contratante.

8.2.8 - Deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, e contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas em razão do fornecimento objeto deste contrato.

8.2.9 - Deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Moema ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

8.2.10 - Os produtos fornecidos deverão ser novos originais e obedecerão ao prazo de garantia estipulado expressamente pelo fabricante e não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, sendo que se durante este prazo a peça apresentar defeito, a Contratada deverá trocá-la, sem ônus para a Administração.

8.2.11 - Manter, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.12 - Obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT.

8.2.13 - Outras obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.







## MUNICIPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



Prefeitura Municipal de Moema  
000058  
Fls: \_\_\_\_\_

### CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - Os pagamentos serão efetuados através de depósito na conta corrente da empresa, no Banco a ser informado no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do fornecimento desde que a totalidade dos produtos solicitados tenham sido efetivamente entregues, e que tenham sido inspecionados e aceitos pela Comissão a que se refere o item 7.2 desta ata de Registro de Preços, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela comissão de recebimento da Prefeitura.

9.2 - A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS, atualizados, caso contrário ocorrerá a paralisação do pagamento, sobre o qual não incidirão juros de mora ou correção monetária.

9.3 - Emitida a fatura, a CONTRATANTE terá o prazo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do fornecimento para efetivar o pagamento.

9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

9.5 - Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços dos produtos são fixos e irredutíveis. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II "d", da Lei Federal nº 8.666/93, buscarão uma solução para a questão.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração providenciará a conferência dos produtos fornecidos, juntamente com a fatura e requerimento protocolado para fins de conferência de pagamento, anexando toda a documentação exigida pelo contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 0134/2005 de 31/12/2005 e/ou nas condições abaixo:

- a) Recusar-se a assinar a Ata ou a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte, após o prazo preestabelecido neste Edital;
- b) Entregar os produtos com atraso superior ao prazo fixado na Ordem de Fornecimento;
- c) Falir ou dissolver-se;





## MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



d) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência da **Prefeitura do Município de Moema**.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

000059  
Fls: \_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Moema

13.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA o que dispõe o artigo 87 da Lei de Licitação, isolada ou cumulativamente. Será também penalizada pelo descumprimento das cláusulas do presente contrato, com:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) do calculado sobre o valor da Nota Fiscal referente à Ordem de Fornecimento que não for integralmente cumprida, caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura do Município de Moema**, no prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.

13.1.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", pelo Município, facultando a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo, conforme estabelecido no § 3º, art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 - O atraso injustificado na entrega dos objetos licitados após o prazo preestabelecido no Edital, sujeitará o contratado à multa, na forma estabelecida a seguir:

- a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia; e
- b) 10% (dez por cento) após ultrapassado o prazo da alínea anterior.

13.2.1 - As multas a que se refere o item acima incidem sobre o calculado sobre o valor da Nota Fiscal referente à Ordem de Fornecimento que não for integralmente cumprida, e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela **Prefeitura do Município de Moema**, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

13.3 - Considera-se ocorrência passível de multa:

- a) atraso na entrega das peças e acessórios;
- b) impedir a realização da fiscalização.

13.4 - Os valores das multas deverão ser deduzidos das faturas correspondentes ao mês subsequente ao da ocorrência ou de acordo com o interesse da CONTRATANTE.

13.5 - As multas são independentes, e a aplicação de uma não excluirá a possibilidade de aplicação de outras por parte da CONTRATANTE.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

14.1 - A presente ATA poderá ser alterada com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores, sendo que todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo.

14.2 - Vinculam-se a esta Ata os termos do Edital do **Pregão Presencial nº 015/2021** e seus anexos, bem como as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores.





## MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



14.3 - É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

14.4 - A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 87 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

14.5 - O edital do **Pregão Presencial nº 015/2021**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

14.6 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pela Lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, e pelo Decreto Municipal nº 0134/2005 de 31/12/2005, no que for compatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

14.7 - Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores.

14.8 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Bom Despacho/MG para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Moema/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**MUNICÍPIO DE MOEMA**  
**JULVA REZENDE DE ARAÚJO LACERDA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**FORNECEDOR** \_\_\_\_\_

**FORNECEDOR** \_\_\_\_\_

**FORNECEDOR** \_\_\_\_\_

**FORNECEDOR** \_\_\_\_\_

000060  
Fls: \_\_\_\_\_  
Arquitetura Municipal de Moema



**Consulente:** Comissão Permanente de Licitação e Departamento de Compras

**Interessado:** Município de Moema-MG

**Assunto:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial

**Referente:** Processo de Licitação PRC nº 335/2021  
Pregão Presencial nº 015/2021.

### 1- Relatório

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Assessoria Jurídica, na qual se requer análise jurídica da legalidade dos atos praticados até o presente momento neste processo de licitação na modalidade de pregão presencial, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para equipar a frota de veículos, caminhões e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal, nos exatos termos do edital e seus anexos.

Constam deste processo administrativo até o presente momento, dentre outros, os seguintes documentos: requisições de compras; despacho do Sr. Prefeito, autorizando a abertura do Processo de Licitação; Certidão informando a disponibilidade financeira; reserva orçamentária; Certificado que confere capacitação técnica ao Pregoeiro e Equipe de Apoio; Portaria nº 033/2020, que designa o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio; e, finalmente, do Edital na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço.

É o relatório.

### 2- Análise Jurídica

Prefacialmente, mister se torna registrar que incumbe a esta Assessoria Jurídica, emitir pareceres sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Moema, nem analisar aspectos de natureza eminentemente administrativa.

No mérito, a contratação pode ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, o Pregão Presencial, do tipo menor valor por item, no amparo da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, haja vista tratar-se de aquisição de bens comuns, ou seja, "... cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

Domíngos Luiz de Silva  
Assessor Jurídico  
OAB/MG 64.421  
Moema - MG

A Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, assim disciplina a matéria:

**"Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.**

Parágrafo Único: Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeito deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado." (Destaque meus).

No tocante ao tipo de licitação escolhido (menor valor por item), vale ressaltar que, nesses casos, aplica-se de forma subsidiária o Art. 23, §1º da Lei 8.666/93, por força do disposto no Art. 9º da Lei 10.520/02, que estatui o seguinte:

**"Art. 23 - (...)**

**§1º. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 8883, de 08.06.1994)."**

Registre-se, outrossim, que a licitação na modalidade de **pregão presencial**, além de ser um procedimento célere, propicia à administração pública economia (a busca de melhor preço gera economia financeira), desburocratização do procedimento licitatório e rapidez (licitação mais rápida e dinamismo na contratações).

Com relação ao Edital de Pregão Presencial trazido à colação para análise, temos que o mesmo reúne elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, estando apto a ser utilizado neste processo.

Pelo exposto, OPINO pelo prosseguimento do presente certame, devendo toda a tramitação ser realizada com estrita e rigorosa observância da legislação.

Esse é o meu parecer.

Moema, 14 de maio de 2021.

  
Donizete Luiz de Silva  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/MG-66922  
MOEMA - MG



Publicado por:  
Jurandir Fernandes de Jesus Filho  
Código Identificador:2F115E2F

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA DE MIRABELA**

**COMISSÃO DE PREGÃO  
EXTRATO DE ATAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG - Homologação de Processo 034/2021 - Pregão Presencial 019/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E LAVANDERIA, EM ATENDIMENTO DAS GERÊNCIAS DE SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRABELA/MG.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 033/2021 - Detentora: NATHALIA DISTRIBUIDORA LTDA - ME (CNPJ: 04.930.131/0001-29), valor R\$ R\$ 1.183.238,90, vigência até 13/05/2022.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 034/2021 - Detentora: LIMP NORTE ATACADO E VAREJO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ: 18.475.568/0001-24), valor R\$ R\$ 676.864,55, vigência até 13/05/2022.

Mirabela, 14 de maio de 2021.

**LUCIENE AFONSO DE MATOS**  
Gerente Municipal de Saúde

Publicado por:  
Solange Mendes de Almeida  
Código Identificador:17C835F4

**COMISSÃO DE PREGÃO  
RESCISÃO CONTRATUAL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG- Termo de Rescisão ao contrato nº 117/2020. Partes: Município de Mirabela/MG e a pessoa Física Paulo André Alves Pereira CPF: 098.240.056-09. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA GERÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MIRABELA/MG. Conforme justificativa apresentada no termo de rescisão. Fundamentado no art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8666/93. Ratificadas por Luciene Afonso de Matos - Gerente Municipal de Saúde.

Mirabela, 11 de Maio de 2021.

Publicado por:  
Solange Mendes de Almeida  
Código Identificador:0BF91B36

**COMISSÃO DE PREGÃO  
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG- Ratificação de Dispensa nº 011/2021 - Processo nº 049/2021 - Objeto: Contratação de empresa de locação de licença para acesso e utilização dos serviços de plataforma de cursos virtuais, conforme planilha de cursos disponíveis e carga horária dispostos no termo de referência, em atendimento a Gerência Municipal de Educação deste Município de Mirabela/MG, com base no inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações. Contratada: JOSELIA DAMIANA DA SILVA BRITO 06691134419, inscrita no CNPJ: 38.555.342/0001-05, no valor global de R\$ 15.000,00.

Mirabela, 18 de Maio de 2021.

**JONATAS GONÇALVES REGO**  
Gerente Municipal de Educação.

000063  
Fls:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEMA

Publicado por:  
Solange Mendes de Almeida  
Código Identificador:D0614412

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA DE MIRADOURO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 051/2021 Inexigibilidade Nº 003/2021. EMPRESA: lacerda neto advogados associados. Objeto: Contratação de sociedade de advogados especializada na recuperação de créditos e incremento de receita, com observância para que esses valores sejam efetivamente levantados, creditados e incrementados no âmbito administrativo, de recuperação e incremento e atualização do CTM para Prestação de serviços de recuperação de recolhimentos TFF (Taxa de Fiscalização e Funcionamento) e TLL (Taxa de Licença e Locação) e TLA (Taxa de Licença Ambiental), das torres de telefonia fixa e móvel. Vigência do Contrato: 14/05/2022 a 31/12/2022.

Publicado por:  
Alessandra Romualdo Mendes  
Código Identificador:466A8E4F

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DO 3º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
DE RECOMPOSIÇÃO (EQUILÍBRIO FINANCEIRO) Nº  
003/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 098/2021. Pregão Presencial Nº 047/2021. EMPRESA: Auto Posto Rio 2004 LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de combustível lubrificantes e outros. Vigência DO 3º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO : 18/05/2021 a 08/01/2022.

Publicado por:  
Alessandra Romualdo Mendes  
Código Identificador:8CD333DF

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE REQUILÍBRIO FINANCEIRO Nº 003/2020**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 098/2020. Pregão Nº 047/2021. EMPRESA: AUTO POSTO RIO 2004 Objeto: RECOMPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO. Vigência: 18/05/2020 a 08/01/2022.

Publicado por:  
Alessandra Romualdo Mendes  
Código Identificador:F0D6BDC4

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA DE MOEMA**

**LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEMA/MG, torna público que fará realizar Processo Licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 015/2021, PRC nº 335/2021, abertura dia 08/06/2021 às 13:00 horas, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus para equipar a frota de veículos e máquinas da Prefeitura do Município de Moema-MG, nos exatos termos do edital e seus anexos - 18/05/2021. Formalização de consultas e edital [www.moema.mg.gov.br](http://www.moema.mg.gov.br), Aba Licitações.

Publicado por:  
Edmilson Batista Nunes  
Código Identificador:479C53BF

**ESTADO DE MINAS GERAIS  
PREFEITURA DE MONTE CARMELO**



(S)

[ACESSIBILIDADE \(/CONTEUDO/ACESSIBILIDADE\)](#) [ALTO CONTRASTE](#) [MAPA DO SITE \(/MAPADOSITE\)](#)

## LICITAÇÕES

[Software de Coleta de Proposta \(/arquivo/downloads?pesquisaPalavra=coleta+de+proposta&tipo=20\)](/arquivo/downloads?pesquisaPalavra=coleta+de+proposta&tipo=20)

# Licitações

Resultados encontrados: **16**

Número da licitação: **15/2021**

Número da modalidade: **015/2021/2021**

Modalidade: Pregão Presencial

Categoria: Processos Licitatórios

Unidade solicitante: Prefeitura

Data de publicação: 19/05/2021

Data Habilitação: **08/06/2021**

Hora Habilitação: **13:00**

Valor estimado: **R\$ 175.000,00**

Status: **Em andamento**

Descrição:

Pregão Presencial para registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para equipar a frota de veículos Registro de



preços para aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar

Arquivos



⬇️ Download - Edital Pregão Presencial nº 015/2021 (0,64 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3595&idCategoria=2)

Número da licitação: **001/2021**

Número da modalidade: **001/2021/2021**

Modalidade: Tomada de Preço

Categoria: Processos Licitatórios

Unidade solicitante: Prefeitura

Data de publicação: 13/05/2021

Data Habilitação: **01/06/2021**

Hora Habilitação: **13:00**

Valor estimado: **R\$ 299.000,00**

Status: **Em andamento**

Descrição:

Contratação de empresa para execução de obras de recapeamento asfáltico de vias públicas Execução de obras de recapeamento asfáltico de vias públicas

Arquivos

⬇️ Download - Edital Tomada de Preços nº 001/2021 (0,96 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3589&idCategoria=2)

⬇️ Download - Planilhas Tomada de Preços nº 01/2021 (1,52 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3590&idCategoria=2)

Número da licitação: **014/2021**

Número da modalidade: **014/2021/2021**

Modalidade: Pregão Presencial

Categoria: Processos Licitatórios

Unidade solicitante: Prefeitura

Data de publicação: 05/05/2021

Data Habilitação: **20/05/2021**

Hora Habilitação: **13:00**

Valor estimado: **R\$ 120.000,00**







Pesquisar e-mail

## CONFIRMAÇÃO PR-015/2021

Caixa de entrada x

Magnólia

para todos

Bom dia!

A empresa GIULIA TAMBORRINO COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.713.728/0001-01, com sede na Rua: do Glicério, 733 – Liberdade – São Paulo – SP – CEP: 01514-001, vem através deste a **CONFIRMAÇÃO** referente ao Pregão Presencial nº 015/2021.

Desde já agradecemos

Atenciosamente

Magnólia Moreira





CAMILA BERGAMO

OAB/SC 48.558



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEMA - MG

Pregão Presencial Nº 015/2021

RECEBIDO  
Examinado  
1º/06/2021

**CAMILA PAULA BERGAMO**, inscrita no RG sob o nº 5.753.017 e CPF sob o nº 090.926.489-90, com registro na OAB/SC sob o nº 48.558, estabelecimento profissional à Rua Doutor Maruri, nº 330, Apto 302, Centro, Concórdia/SC, CEP: 89.700-065, fone (49) 99969-5400, e endereço eletrônico [camilabergamoadv@hotmail.com](mailto:camilabergamoadv@hotmail.com), vem, à presença de V.S.<sup>a</sup>, com fulcro, no art. 41, § 1º, da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, tempestivamente apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, consoante os fatos e fundamentos que passa a expor:

#### PRELIMINAR - DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que a sessão pública está prevista para abertura na data de 08/06/2021, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no Art. 41, §2º da Lei Nº 8.666/93, qual seja, o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

#### SÍNTESE DOS FATOS

A presente impugnação diz respeito ao Edital de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 015/2021, a realizar-se na data de 08/06/2021, proposto pela Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Moema /MG, tendo como objeto a aquisição de pneus novos, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Contudo, verificou-se que no texto editalício possui cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, visto que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo de origem nacional.





CAMILA BERGAMO

OAB/SC 48.558



Dessa forma, requer o recebimento da presente impugnação, para que sejam aceitos os questionamentos abaixo elencados, para que seja garantido os princípios norteadores do processo licitatório, inclusive, o da ampla concorrência e proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### MÉRITO

#### **DA CERTIFICAÇÃO IBAMA EM NOME DO FABRICANTE**

O presente edital constou como uma de suas exigências que a licitante apresentasse o Certificado IBAMA do fabricante dos pneus, sem incluir a possibilidade de apresentação do CTF do IMPORTADOR. Da forma como se encontra o edital em apreço, tal exigência veda completamente a oferta de produtos importados, além de ferir de forma clara o princípio constitucional da isonomia.

Há empresas que laboram exclusivamente com produtos importados, ou seja, não possui fabricante dos pneus no território brasileiro. Dessa forma, não há como exigir das mesmas o Certificado do IBAMA emitido em favor do fabricante, porquanto este se trata de pessoa jurídica localizada em outro país e o CTF IBAMA somente é emitido para empresas fabricantes situadas no BRASIL.

Nesse contexto, importa salientar que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, trata-se de autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 7.735/89, com atuação apenas no território nacional, motivo pelo qual, por obvio, não tem competência para certificar a regularidade de empresas fabricantes situadas no estrangeiro.

Exigir certificados do fabricante é o mesmo que exigir que os produtos cotados sejam de fabricação nacional. Observa-se também que, é ato lícito ao administrador público exigir tão somente os documentos arrolados entre o Art. 28 e 31 da Lei nº 8.666/93, nunca extrapolando tal lista exaustiva.

Dessarte, vê-se que a vedação imposta pela carta licitatória em apreço se contrapõe veementemente à legislação, pois impede a participação de empresas que têm todas as condições para participar do processo licitatório, porém, não é fabricante de pneumáticos para apresentar o CTF IBAMA.



Em sendo assim, pugna para que seja retificado o edital, para que passe a constar a exigência do CTF IBAMA em nome do FABRICANTE OU DO IMPORTADOR dos produtos, tendo em vista que quem labora com produtos importados não tem como apresentar CTF do Fabricante.

### DA EXIGÊNCIA DE PRODUTOS COM FABRICAÇÃO NACIONAL

Acerca da exigência do bem ser de fabricação nacional, essa Corte de Cortes já decidiu que a mesma restringe o caráter competitivo do certame, em afronta as normas que regem a matéria. Bem como o TCU pacificou o seu entendimento no mesmo sentido através de Acórdão 1317/2013.

Conforme o art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.666/2010, é vedado aos agentes públicos admitirem cláusulas que restrinjam o caráter competitivo da licitação.

Está consagrado em nossa Carta Magna o **PRINCÍPIO DA ISONOMIA**, diante do qual deverá a administração assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, impedindo a utilização de exigências prescindíveis ao bom cumprimento do objeto (art. 37, XXI, CF).

Dos ensinamentos do ilustre **CARVALHO FILHO**<sup>1</sup> extrai-se que:

"A igualdade na licitação significa que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro. O princípio, sem dúvida alguma, está intimamente ligado ao da impessoalidade: de fato, oferecendo igual oportunidade a todos os interessados, a Administração lhes estará oferecendo também tratamento impessoal."

Isso porque, conquanto se esteja a buscar em discutido edital a garantia de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, qual seja, o desenvolvimento nacional (art. 3º, II, CF), não se pode perder de vista, na elaboração do edital de licitação, os princípios que norteiam a administração pública.

Não se quer aqui, frise-se, garantir a plena igualdade entre os candidatos, posto que a própria escolha da proposta mais vantajosa para a administração acaba por diferenciá-los. **QUER-SE, AO**

<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 16. ed. rev., amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris. p. 208.





**CONTRÁRIO, IMPEDIR A INSERÇÃO DE CLÁUSULAS QUE, ARBITRARIAMENTE, SEJAM FORMULADAS EM PROVEITO OU DETRIMENTO INJUSTIFICADO DE ALGUÉM.**

A finalidade de tal princípio é assegurar a igualdade de oportunidade a todos os interessados, para que possam enviar suas propostas em conformidade com as especificações técnicas do edital, e garantir a competição entre os concorrentes, sem que haja favorecimentos pessoais em benefício de terceiros. Tal garantia se dá, também, em observância ao consagrado princípio da moralidade e da probidade administrativa.

Sobre o tema, traz-se à colação os comentários de JUSTEN FILHO<sup>2</sup> em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos":

"Há equívocos em supor que a isonomia veda diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta. Isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os interessados. Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros."

A diferenciação e o tratamento discriminatório são insupríveis, sob esse ângulo. Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante. Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração.

Ainda, acerca do dever de isonomia, presente no princípio da impessoalidade, elucida Lucas Rocha Furtado<sup>3</sup>

"A partir dessa perspectiva, o princípio da impessoalidade requer que a lei e a Administração Pública confirmem aos licitantes tratamento isonômico, vale dizer, não discriminatório. Todos são iguais perante a lei e o Estado. Este é o preceito que se extrai da impessoalidade quando examinado sob a ótica da isonomia. A isonomia, ou o dever que a Constituição impõe à Administração Pública de conferir tratamento não diferenciado entre os particulares, é que justifica a adoção

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 44.

<sup>3</sup> FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p. 37.



CAMILA BERGAMO

OAB/SC 18.558



de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos ou a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos ou alienações. Esta é a razão pela qual a própria Lei nº 8.666/93 indica a isonomia como uma das finalidades da licitação."

E, da preleção de BANDEIRA DE MELLO<sup>4</sup>, extrai-se que referido princípio

"Implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o § 1º do art. 3º da Lei n. 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato."

Deste modo, não há como concluir por legítima a exigência para que os produtos licitados sejam de fabricação nacional, visto que em momento algum a lei permite a exclusão de produtos estrangeiros do certame licitatório ou o estabelecimento de diferenças em razão da nacionalidade dos licitantes. Ao contrário, a Lei de Licitações é expressa ao determinar que a qualidade de produção nacional será exigida para fins de critérios de desempate (art. 3º, § 2º, II, da Lei n. 8.666/1993), e não para limitação do caráter competitivo da licitação.

Ademais, deve-se levar em conta que tais exigências deveriam guardar pertinência com o objeto da licitação, o que não é o caso do presente edital, pois o fato de o produto ser produzido fora do território nacional não o torna inapto ou menos apto à satisfação das necessidades da administração.

## PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

<sup>4</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, **Curso de direito administrativo**. 20. ed, rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 500-501





CAMILA BERGAMO

OAB/SC 48.558



- a) O recebimento da presente Impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;
- b) Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos:

**Item 7.3.4.3 – Certificado do IBAMA em nome do fabricante, nos termos da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 – Destinação Ambientalmente Adequada de Pneus Inservíveis.**

Passe a constar a exigência do CTF IBAMA do fabricante E DO IMPORTADOR.

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA - 1 – DO OBJETO:** O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS, que vigorará até 10/06/2022, para eventual aquisição de pneus para equipar os veículos e máquinas da frota da Prefeitura do Município de Moema/MG, conforme relação abaixo:  
**OBSERVAÇÃO: SOMENTE SERÃO ACEITOS PRODUTOS DE PRIMEIRA LINHA E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM REVENDEDORES AUTORIZADOS PELOS FABRICANTES, DEVIDAMENTE COMPROVADO (MARCAS DE REFERÊNCIA: PIRELLI, GOOD YEAR, BRIDGESTONE, FIRESTONE).**

Seja excluída a exigência de fabricação nacional, de forma a garantir o princípio da isonomia no certame.

- c) Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

Nestes termos, pede deferimento.

Concórdia, 1 de junho de 2021

  
CAMILA BERGAMO  
OAB/SC 48.558

090074  
Fis: \_\_\_\_\_  
Prefeitura Municipal de Moema

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO REGIONAL DE SANTA CATARINA  
IDENTIDADE DE ADVOGADA

**ADVOG**  
CAMILA PAULA BERGAMO

**PROFESSOR**  
ARSENIO PAULO BERGAMO  
ADRIANE MUNARETTO BERGAMO

**CONCORDIA-SS**

**DATA DE NASCIMENTO**  
27/08/1984

**RG**  
8.792.517 - BR/SS

**CPF**  
090.228.460-90

**DISSOLVIDO**  
NÃO DECLARADO

**DT**  
31/03/2012

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13868207

para consulta (CNPJ)  
NÃO É VÁLIDA PARA FISCOS DE FIM LÍQUIDO  
(Art. 10 da Lei nº 8.112/90)

**CAR**

**ATIVIDADE DO POSTULANTE**  
Camila P. Bergamo

**ASSINATURA**





# MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



000075  
Fls: \_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEMA

## DECISÃO REFERENTE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR PARA EQUIPAR A FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEMA, NOS EXATOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/06/2021 ÀS 13:00 HORAS**

**IMPUGNAÇÃO** apresentada nos autos do Pregão Presencial nº 15/2021, contra os termos do Edital do referido Pregão, pela licitante: **CAMILA PAULA BERGAMO** advogada inscrita na OAB/SC nº 48.558 e CPF nº 090.926.489-90, com escritório na Rua Doutor Mauri, 330 – apartamento 302 – Centro – Concórdia/SC.

### 1 – DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

O pedido de impugnação foi tempestivamente apresentado, tendo em vista, ter sido recebido no dia 01 de junho de 2021 às 14:25 horas via e-mail. Conforme determina o Edital no item 8.1 “até dois dias úteis da data fixada para abertura das propostas, qualquer licitante poderá apresentar impugnação aos termos do edital”. O Pregoeiro decidirá dentro de 24 (vinte e quatro) horas.

### 2 – DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante pretende IMPUGNAR o Edital do Pregão Presencial nº 15/2021, em especial os itens: 7.3.4.3- Certificado do IBAMA em nome do fabricante; e o Termo de Referência no que diz respeito a produtos de fabricação nacional.

Alegando, que o Edital constou como uma de suas exigências que a licitante apresentasse o Certificado do IBAMA do fabricante dos pneus, sem incluir a possibilidade de apresentação do CTF do importador. Dizendo que, da forma como está o edital, tal exigência veda completamente a oferta de produtos importados, além de ferir de forma clara o princípio constitucional da isonomia.

Diz ainda que, há empresas que laboram exclusivamente com produtos importados, ou seja, não possui fabricante dos pneus no território brasileiro. Dessa forma, não há como exigir das mesmas o Certificado do IBAMA emitido em favor do fabricante,



# MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



porquanto este se trata de pessoa jurídica localizada em outro país e o CTF IBAMA somente é emitido para empresas fabricantes situadas no Brasil.

Prefeitura Municipal de Moema  
000076  
Fls: \_\_\_\_\_

Continua acerca da exigência do bem ser de fabricação nacional, dizendo que a mesma restringe o caráter competitivo do certame, em afronta as normas que regem a matéria. Para ao final REQUERER:

- a) O recebimento da presente impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;
- b) Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos:  
Item 7.3.4.3 – Certificado do IBAMA em nome do fabricante, nos termos da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 – Destinação Ambientalmente Adequada de Pneus Inservíveis. E passe a constar a exigência do CTF IBAMA do fabricante e do importador.
- c) Seja excluída a exigência de fabricação nacional, de forma a garantir o princípio da isonomia no certame.
- d) Seja determinada a republicação do edital, escoimado o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, parágrafo 4º da Lei de Licitações 8.666/93.

### 3 – DA ANÁLISE

A contratação a ser realizada pela Prefeitura do Município de Moema vincula-se aos termos definidos no Edital do Pregão Presencial nº 15/2021, em obediência ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como assevera o artigo 3º, da Lei nº 8.666/93:

*Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Neste sentido, define o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

*Ao submeter à administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666/93 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expreso e exaustivo, no corpo do edital.*





# MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÊS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



Devemos salientar que, a priori, é necessário esclarecer que a impugnação "apesar de não elencado entre os recursos administrativos, serve como instrumento de correção assecutoria da legitimidade do procedimento da Administração", conforme doutrina de Reinaldo Moreira Bruno (Dos Recursos no Processo de Licitação, Belo Horizonte: Del Rey 2005). Dessa forma, passa-se a análise da impugnação apresentada:



Em resposta ao questionamento inicialmente é preciso considerar que os atos e formas de agir da Administração Pública são pautados nos princípios constitucionais e nas Leis e ordenamentos jurídicos que deles derivam os quais regem a relação existente entre Administração e os Administrados. Sendo assim, qualquer exigência editalícia precisa encontrar amparo legal para existir. Após essa breve consideração, passo a discorrer sobre a impugnação ora sob análise.

O pedido de impugnação foi enviado para a equipe jurídica da Prefeitura do Município de Moema/MG, que respondeu da seguinte forma:

Em resposta ao pedido de impugnação do Edital do processo licitatório de compra de pneus, protetores e câmaras de ar por pregão presencial nº 15/2021, pela advogada Camila Paula Bergamo, conforme consta no preâmbulo deste instrumento.

Ao solicitar o Certificado do IBAMA em nome do fabricante, a Administração não visou restringir a participação de empresas fornecedoras; mas, sim, zelar pelo erário público, pois como é notório existem no mercado diversos produtos de qualidade duvidosa, razão pela qual, exige-se a comprovação da qualidade e a garantia de que os mesmos foram testados e aprovados.

Exige-se uma avaliação criteriosa, onde a durabilidade, desempenho, os aspectos ligados à rodagem e ao controle direcional são fundamentais antes da contratação, evitando prejuízos com produtos que não obtiveram a homologação em razão do não atendimento aos padrões mínimos de durabilidade, por terem baixa qualidade, os quais em licitações anteriores, onde a exigência não estava disposta em edital, foram adquiridos e trouxeram transtornos e prejuízos à Administração.

Com relação à qualidade do produto, não se tem aqui a preocupação apenas com o menor custo. A necessidade de segurança e performance duradoura representa economia aos cofres públicos, visto que desgaste excessivo de determinados pneus acarreta comprometimento de componentes mecânicos e aumento de tempo de manutenção dos veículos e equipamentos, com necessidade de substituição constante dos pneus e gastos com geometria e balanceamentos, fator de aumento do custo do quilômetro rodado. Por tais razões, a exigência é razoável e compatível com o objeto em licitação.

Sabe-se que os objetos da presente licitação são produtos relativos à segurança veicular, tendo a Administração Pública o dever de adquirir produtos com qualidade comprovada, que satisfaçam seus interesses e estejam de acordo com suas necessidades. A eficiência e a economicidade são princípios aplicáveis à Administração e que devem ser observados





# MUNICÍPIO DE MOEMA

CNPJ: 18.301.044/0001-17

RUA DOS CAETÉS, 444 - CENTRO - FONE: (37) 3525-1355

CEP 35.604-000 - MOEMA - MINAS GERAIS

E-MAIL: moema@moema.mg.gov.br



nos processos de compras. Adquirir produtos com um padrão de qualidade faz com que se tenha uma maior periodicidade na substituição do produto e por consequência se proporcione economia ao erário e segurança aos motoristas e ocupantes dos veículos.

Decisão do TCE/MG a respeito do assunto em tela:

*TCE/MG – Denúncia nº 1015343 – Relator Conselheiro José Alves Viana – EMENTA – DENÚNCIA – PREFEITURA MUNICIPAL – PROCESSO LICITATÓRIO – PREGÃO PRESENCIAL – AQUISIÇÃO DE PNEUS – EXIGÊNCIA EDITALÍCIA – CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS IBAMA – AMPARO NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 416/2009 E INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 01/2010 DO IBAMA – ACESSÍVEL A QUALQUER CIDADÃO NO SITE DO IBAMA – DESCRIÇÃO DO OBJETO – IMPROCEDÊNCIA DOS FATOS DENUNCIADOS – EXTINÇÃO DOS AUTOS COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – ARQUIVAMENTO.*

*TCE/MG – Denúncia nº 1041506 – Relator Conselheiro Mauri Torres – EMENTA – DENÚNCIA – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR – EXIGÊNCIA, COMO CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO, DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO IBAMA – IMPROCEDÊNCIA.*

Em tudo o que se disse acima ampara a necessidade de que os produtos licitados sejam de fabricação nacional.

## 4 – DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro no artigo 11, Inciso II e 18, Parágrafo 1º, do Decreto nº 5.450/2005, após análise e conclusão, sem mais nada a evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta por **CAMILA PAULA BERGAMO**, no Processo Licitatório referente ao Edital do Pregão Presencial nº 15/2021, e no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** mantendo-se **INALTERADO** o Edital em comento.

Esta é a decisão,

Moema/MG, 02 de junho de 2021.

  
Edmilson Batista Nunes  
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Moema  
000078  
Fls: \_\_\_\_\_



Descrição:

Execução de obra de perfuração de poço artesiano tubular Execução de obra de perfuração de poço artesiano

Resultado

Contratos



📎 Download - Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 017/2021 (0,6 MB) (/arquivos/download?idArquivo=3613&idCategoria=2)

Número da licitação: **16/2021**Número da modalidade: **016/2021/2021**

Modalidade: Pregão Presencial

Categoria: Processos Licitatórios

Unidade solicitante: Prefeitura

Data de publicação: 24/05/2021

Data Habilitação: **11/06/2021**Hora Habilitação: **13:00**Valor estimado: **R\$ 150.000,00**Status: **Em andamento**

Descrição:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de emissora de rádio FM regional, com alcance em todo o município de Moema-MG Pregão Presencial nº 016/2021 - registro de preços para contratação de emissora de rádio

Arquivos

📎 Download - Edital Pregão Presencial nº 016/2021 (0,56 MB) (/arquivos/download?idArquivo=3610&idCategoria=2)

Número da licitação: **15/2021**Número da modalidade: **015/2021/2021**

Modalidade: Pregão Presencial

Categoria: Processos Licitatórios

Unidade solicitante: Prefeitura

Data de publicação: 19/05/2021

Data Habilitação: **08/06/2021**Hora Habilitação: **13:00**



Valor estimado: **R\$ 175.000,00**

Status: **Em andamento**

Descrição:

Pregão Presencial para registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar para equipar a frota de veículos Registro de preços para aquisição de pneus, protetores e câmaras de ar

Arquivos

⬇️ Download - Edital Pregão Presencial nº 015/2021 (0,64 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3595&idCategoria=2)

⬇️ Download - Impugnação e Resposta (0,77 MB) (/arquivos/download?idArquivo=3627&idCategoria=2)

Número da licitação: **001/2021**

Número da modalidade: **001/2021/2021**

Modalidade: Tomada de Preço

Categoria: Processos Licitatórios

Unidade solicitante: Prefeitura

Data de publicação: 13/05/2021

Data Habilitação: **01/06/2021**

Hora Habilitação: **13:00**

Valor estimado: **R\$ 299.000,00**

Status: **Em andamento**

Descrição:

Contratação de empresa para execução de obras de recapeamento asfáltico de vias públicas Execução de obras de recapeamento asfáltico de vias públicas

Arquivos

⬇️ Download - Edital Tomada de Preços nº 001/2021 (0,96 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3589&idCategoria=2)

⬇️ Download - Planilhas Tomada de Preços nº 01/2021 (1,52 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3590&idCategoria=2)

⬇️ Download - Ata sessão de Habilitação (0,16 MB) (/arquivos/download?idArquivo=3624&idCategoria=2)

⬇️ Download - Ata sessão de Propostas de preços (0,26 MB)  
(/arquivos/download?idArquivo=3625&idCategoria=2)